



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4002001-84.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro**
Requerente: **RICARDO LECHAT**
Requerido: **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou que por força de tentativa de furto de bens que havia em sua residência ocorreram danos em virtude do arrombamento verificado e na cerca elétrica do imóvel.

Alegou ainda que a ré se recusou a pagar o valor devido pelo seguro que contrataram, repetindo o que fizera anteriormente em situação semelhante.

Almeja ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos materiais e morais que suportou.

A preliminar suscitada pela ré em contestação entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

Ao contrário do sustentado em contestação, é incontroverso que a ré se recusou a indenizar o autor, como se vê do documento de fl. 09.

Alicerçou tal conduta no argumento de que o autor não lhe teria encaminhado alguns documentos, devidamente elencados a fl. 24, item 20.

Asseverou também que reiterou várias vezes o pedido para o autor enviasse tal documentação sem que ele o fizesse.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Não assiste razão à ré, porém.

Com efeito, o documento de fl. 14 respalda satisfatoriamente a versão do autor no sentido de que os documentos aludidos foram na verdade encaminhados à ré.

Aliás, não seria razoável, para dizer o mínimo, que o autor ansioso de ver-se reparado nos prejuízos que experimentara com a tentativa de furto em sua residência não encaminhasse à ré os dados necessários para tanto, alongando por sua responsabilidade a demora na solução da questão.

Por outro lado, a ré não comprovou com a indispensável segurança a solicitação dos documentos ao autor, porquanto nada de concreto denota que as missivas de fls. 217/218 foram realmente levadas a conhecimento do mesmo.

O quadro delineado basta para estabelecer a convicção de que a recusa da ré foi injusta e destituída de motivação que lhe desse respaldo.

Isso justifica sua condenação ao pagamento da indenização pleiteada a esse título, máxime porque não ocorreu impugnação ao seu respectivo valor.

A única ressalva a esse propósito reside na franquia apontada a fl. 26, item 34, o que não foi refutado pelo autor.

O montante da indenização, portanto, será de R\$ 1.300,00.

Já no que atina à reparação dos danos morais, tenho-os como caracterizados.

A ré não negou que pela segunda vez se tivesse recusado a reembolsar o autor em caso análogo, resolvendo-se o anterior por intervenção judicial.

Com isso, e com a conduta aqui examinada, com certeza provocou abalo consistente ao autor, impondo-lhe tentativas diversas para a solução que tocava exclusivamente a ela própria.

Tal aborrecimento – sucedido pela segunda oportunidade – foi muito além os meros entreveros próprios da vida cotidiana, extravasando o simples descumprimento contratual.

Bem por isso, configurados os danos morais, transparece de rigor seu ressarcimento, cumprindo registrar que o valor da indenização considerará os critérios usualmente empregados em casos afins.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pelo autor em sete mil reais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 1.300,00, acrescida de correção monetária, a partir de fevereiro de 2013 (época do sinistro), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 7.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 21 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**